

## PENSANDO A MEMÓRIA SOCIAL A PARTIR DA NOÇÃO DE “A POSTERIORI” DE SIGMUND FREUD

Francisco Ramos de Farias

UNIRIO/PPGMS

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social

Departamento de Fundamentos da Educação, Doutor em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas

[frfarias@uol.com.br](mailto:frfarias@uol.com.br)

**Resumo:** Objetiva-se nesse texto traçar uma reflexão sobre a elaboração freudiana do conceito de temporalidade definido como “a posteriori”, no sentido de pensar a memória social no escopo do saber psicanalítico. Para tanto faremos, inicialmente, uma incursão pela Mitologia. Tal conceito pressupõe que consideremos a ação do recalque como operação de cunho psíquico e de caráter eminentemente social, pois para que o sujeito produza qualquer conteúdo psíquico, pelo recalque, faz-se necessária a presença do homem na condição de ser falante. A matriz conceitual da elaboração sobre a noção de “a posteriori” nos fundamenta refletir sobre a questão do esquecimento e da lembrança como indícios do processo de constituição psíquica, o que somente ocorre na relação da cria humana com o representante da espécie, razão pela qual entendemos a construção freudiana de aparelho psíquico como uma teoria de memória e, por assim dizer, teoria do campo da memória social.

**Palavras-chave:** esquecimento/lembrança, experiência traumática, memória social

**Abstract:** This paper's objective is to draw a reflection about the Freudian formulation of the temporality concept defined as “a posteriori”, in the sense of thinking the social memory into the scope of the psychoanalytical knowledge. To do such a thing, we will initially make an incursion into mythology. Such concept assumes that we consider the action of repressing as an operation of psychic nature and of imminent social character, so that for the subject to produce any psychic content, by the repression, the presence of man in the condition of talking being is necessary. A conceptual pattern of the elaboration on the notion of "a posteriori" give us support to reflect on the question of oblivion and memory as pointers to the process of psychic constitution, which only happens in the relationship between the human being with the representative of the specie, the argument for which we understand the Freudian construction of the psychic apparatus as a theory of memory and, so to speak, a theory of the social memory field.

**Keywords:** Forgetfulness, Remembrance, Traumatic experience, Social Memory

### Introdução

Recorramos ao tenebroso e cativante campo da mitologia a fim de encontrar uma iluminação aos nossos obscuros enigmas, especialmente se nos indagarmos: por que o homem constrói memória num pacto firmado com o semelhante da espécie? Desde que temos notícia de Mnemosyne, mãe das musas, assim relacionada à função poética e irmã de Chronos, estamos frente à questão da memória e do tempo. Eis o primeiro véu que se descortina acerca da memória, na Grécia Antiga, onde a função de rememoração tinha a conotação de um acesso à verdade, ou seja, tanto os poetas como os adivinhos eram aqueles seres dotados que podiam decidir em função da memória, pois tinham

uma vidência, além do presente e podiam assim desenterrar aquilo que mais profundo encontrar-se-ia no passado. Em outros termos, gestavam um segredo acerca dos tempos vindouros. Eis a verdade tocada pela memória, mas que não guardava o sentido de ser a recapitulação de uma história pessoal, nem muito menos, a reprodução de uma história coletiva. Trata-se de um mergulho no tempo original, ou seja, numa espécie de começo absoluto, quer dizer, a origem de onde tudo surgiu. Essa era a função de Mnemosyne: estar presente na origem.

Seguindo a trilha traçada na Grécia Antiga vemos que a memória não pode ser pensada como uma reconstrução do tempo e nem mesmo como a sua negação, visto estar vinculada diretamente às funções iniciáticas, nas quais se vislumbrava um conhecimento além daquilo que era dado ao homem. Em se tratando das funções iniciáticas, tem-se a quebra da barreira que separa o passado do presente e também o mundo dos vivos do mundo dos mortos (VERNANT, 1990). Uma particularidade interessante é que, no registro dos ritos de iniciação, encontramos as primeiras referências àquilo que se denominou de reminiscência ou anámnese, numa temporalidade em que memória (Mnemosyne) e esquecimento (Lethe) não conheciam qualquer diferenciação, visto que essas funções funcionavam como um par de forças complementares, mesmo que o esquecimento fosse associado à morte e à noite. Sendo assim, aquele que ingressasse no Hades e conseguisse guardar a memória da vida, transcendia à própria mortalidade. Em outros termos, conseguia manter, no reino absoluto da escuridão, um feixe de luz.

Com a introdução do projeto filosófico com Platão, a relação entre memória e esquecimento passa a ser interpretada em outras bases: a memória torna-se o meio pelo qual o homem produz condições para escapar do perecimento, ou seja, do devir; enquanto que o esquecimento, traduzido pelo perecimento da condição humana. Desse modo, tem-se uma estreita conexão da memória com o tempo (PLATÃO, 427-347 a.C./1975).

Daí então se cria um abismo entre o tempo que é imutável e por isso divinizado e o devir associado ao engano, à ignorância e à morte. Assim, valoriza-se a reminiscência visto que se tem nela a anulação do tempo marcado pela mudança que faz o homem perecer. Assim vemos, na racionalidade platônica, a oposição entre tempo e memória. Pela memória seria possível reencontrar o “mundo das idéias”. Na vertente aristotélica essa visão muda e assiste-se uma reaproximação entre memória e tempo, mas no sentido de eliminar da memória qualquer resquício de divindade. Daí então a memória concerne à parte sensível da alma e não significa, como em Platão, a possibilidade de um verdadeiro conhecimento, nem relativo ao passado, nem ao ser, pois diz respeito apenas à incapacidade do homem de ser inteligência pura, estando assim decretada a marca de sua imperfeição.

O que Aristóteles (384-322 a.C./1986) pretendia era distinguir memória e reminiscência, admitindo que a memória vincula-se à parte sensível da alma enquanto que a reminiscência vincula-se à parte intelectual, ainda que fosse moldada em traços corpóreos. Dito em outros termos: a reminiscência tem por característica a sua dependência da ordem e da associação. Com isso temos um percurso acerca da memória que, na Grécia Antiga, se revestia de uma **função divina**, até o advento do projeto filosófico em que a memória é significada como **marca de imperfeição**. É no escopo da memória como algo da ordem do inacabado, em construção contínua, que focalizamos a vertente freudiana apresentada pela noção de “a posteriori”.

O conceito de “a posteriori”, marca do pensamento freudiano, indica uma dessimetria entre o fato ocorrido e a lembrança construída acerca desse fato. Via de regra, a construção de uma lembrança acerca de um fato deve-se à incidência do trauma, entendido como o núcleo de uma experiência para o qual não haveria possibilidade de representação. Sendo assim, trata-se de uma lembrança de um vazio de significação. Não obstante, o valor traumático de uma experiência não pode ser pensado em relação ao fato ocorrido, mas à lembrança elaborada posteriormente acerca desse fato. Sendo assim, devemos reconhecer no “a posteriori” a produção de algo que teria sido refratário à significação, uma vez que o trauma, referido a um excesso não assimilável na cadeia de representações, entra na produção do enigma que o sintoma carrega (RICOEUR, 2007).

## O conceito de memória freudiano: “a posteriori”

Se rastreamos o pensamento freudiano, vamos encontrar referências à noção de “a posteriori” desde os estudos sobre *Charcot*, em 1893, e a *Correspondência com Fliess* que se estendeu de 1887 a 1904, até a torção operada em 1920, com *Além do princípio do prazer*. Nas primeiras formulações, nas cartas de 6 de dezembro de 1896 e de 21 de setembro de 1897, a memória é objeto de questionamento, mas sem desconsiderar a veracidade do evento traumático. A memória seria então a possibilidade de acesso, na atualidade, ao evento ocorrido em outras épocas. Mas, no cotidiano da clínica, fica demonstrado que essa relação não é tão linear, visto que aspectos são acrescidos ou retirados dos fatos, durante o processo de recordação. Assim, temos a focalização de um tempo de elaboração psíquica que não reproduz o fato ocorrido, mas reveste-lhe de colorido próprio em razão da formação de um intervalo intransponível entre o evento, geralmente de natureza traumática e o surgimento do sintoma. Assim, compreende-se que a recorrência à noção de “a posteriori” serviu para Freud (1895/1976) apontar que o efeito do trauma advém de um lapso de temporalidade, ou seja, a criação de um intervalo entre um evento de conotação sexual, mas que fora incompreendido na época de sua ocorrência e o reviver pela construção, de uma lembrança em momentos ulteriores. Para que isso seja possível, devemos pensar num efeito retroativo a partir da emergência dessa lembrança que se remete a um acontecimento infantil que não fora compreendido. Essa é uma elaboração extremamente valiosa para dispor ao sujeito uma vertente de produção de saber, ou melhor, de um saber que se refere, quando construído, a sua própria história.

Assim, vemos uma articulação precisa entre sintoma e trauma; lembrança e experiência e verdade material e verdade histórica. Não obstante, no momento em que Freud, na *Carta de 21 de setembro de 1896*, procedeu a uma revisão acerca da hipótese da etiologia traumática, descartando por completo o caráter de realidade do acontecimento, em função de o sujeito produzi-lo na fantasia, não abandonou a elaboração do “a posteriori” como aquilo que encerra algo da ordem do incompreensível, o que figura em *A interpretação dos sonhos*, como o umbigo do sonho, abertura para o insondável que não permite qualquer interpretação. Sendo assim, o “a posteriori” seria o elo que permite articular uma representação (sintoma, lembrança) e aquilo que não pode ser representado, ou seja, a experiência original. Desse modo, compreendemos que o “a posteriori” não deve ser entendido como um mero efeito retroativo da significação e nem a memória como a ratificação do passado. Quer dizer, pensamo-lo no âmbito de uma construção operada em termos de memória. Queremos assinalar que o “a posteriori” significa o efeito ligado à retroatividade, mas queremos também assinalar que não se trata de uma questão de ordenamento ou de significação do passado. Trata-se da produção de um resto indizível que, como efeito, instaura uma história pela rememoração, lembrança e reminiscência, compreendidas como as diversas formas de memória.

Tanto no “a posteriori” como na lembrança pode-se reconhecer a produção de algo indizível refratário à significação que, no pensamento freudiano, recebe a denominação de trauma, como sendo algo de natureza inassimilável que produz o sintoma ou memória-lacuna. Por uma ou outra via, situamos uma espécie de resto que se introduz na memória de modo a caracterizá-la como a perpetuação de um enigma, formulado em termos de um corpo estranho incrustado no psiquismo (FREUD, 1893/1976a) e não como o regresso a um passado já vivido. Com isso, constatamos que há uma defasagem entre rememoração e construção de uma história.

## O aparelho de linguagem, aparelho de memória e aparelho psíquico

Iniciando um percurso pelo texto *Interpretação das afasias* (1891/1977), encontramos o engenhoso modelo de um aparato funcional em termos de um aparelho de linguagem; no *Projeto para uma psicologia científica* (1895/1976b), um aparelho de memória e na *Carta de 6 de dezembro de 1896*, a construção de um aparelho psíquico. (GARCIA-ROZA, 2001). Cabe desde então uma advertência: o

aparelho psíquico dessa carta é um aparelho de memória e por assim dizer um aparelho de linguagem. Assim todos os fenômenos psíquicos se explicam em função dessa dupla referência: memória e linguagem.

Quanto ao aparelho de linguagem, remetemo-nos ao texto de 1891, *Interpretação das afasias*, para depreender que a intenção de Freud não era elaborar um aparelho psíquico e sim um aparelho de linguagem que somente se constitui na mais imediata relação com outro aparelho de linguagem. Sendo assim, qualquer aparelho de linguagem, uma vez constituído, somente funciona por referência a outro que, logicamente, lhe antecede. É importante salientar que esse outro aparelho não pode ser compreendido como o mundo na sua materialidade cósmica e sim como outro aparelho de linguagem, pois o mundo das coisas não é capaz de produzir um aparelho de linguagem: sua produção concerne a *topos* denominado cultura. Quer dizer, é na trama construída pela pluralidade de aparelhos de linguagem que um novo aparelho de linguagem poderá emergir.

O aparelho de linguagem funciona da seguinte maneira: as palavras adquirem seu significado mediante a relação que a imagem acústica mantém com a imagem visual do assim constituído complexo formado pelas associações de objeto. Nesse ponto Freud inova, em termos de teoria da percepção: a palavra não se contrapõe ao objeto, ou seja, a percepção não disponibiliza objetos para o sujeito, pois não capta do mundo as imagens dos objetos, mas apenas imagens elementares (táteis, visuais, acústicas) que constituem o complexo das associações de objeto. Cabe assinalar que essas associações não formam uma unidade, ou seja, um objeto, mas o que se tem é uma relação com a representação de onde essa unidade surgirá. Em suma, é a palavra que constitui o objeto como objeto: o que fornece ao objeto o seu significado (sua unidade), não é a coisa externa e sim a articulação das associações de objeto com a palavra. Com isso, entendemos que a relação entre objeto e coisa é da ordem do signo, enquanto que a relação entre as associações de objeto e a representação-palavra é da ordem do significante.

A novidade da concepção freudiana consiste em pensar o processo associativo não com a mera associação entre elementos, mas principalmente, como a associação entre associações. Os complexos de associações estabelecem vias móveis que se entrecruzam. Assim, temos a conformação de um aparelho de linguagem que se transforma no primeiro modelo de aparelho psíquico.

O aparelho de memória é o atributo principal do que se entende por psiquismo, ou seja, em se tratando do aparelho anímico elaborado no *Projeto para uma psicologia científica* de 1895, tem-se um modelo cujo tema central é a memória. Mas essa memória não é algo que se acrescenta secundariamente ao aparelho psíquico: o aparelho anímico é um aparelho de memória. Quer dizer, a memória é presente desde o momento de sua constituição. Vê-se assim, a importância atribuída, por Freud (1900/1976, p. 21) à memória, quando recorre às exortações de Delboeuf “nada que tenhamos possuído uma vez no espírito pode perder-se inteiramente”. Isso quer dizer que toda impressão, mesmo a mais insignificante deixa um traço inalterável, capaz de ressurgir um dia.

Quando Freud se refere à permanência de traços não está postulando a permanência de lembranças ou de acontecimentos: o traço permanece e o que se repete não é o traço em si e sim as diferenças entre as trilhas de associações. Isso quer dizer que os traços são permanentes e a memória é sempre uma memória diferencial.

Enfim, o aparelho psíquico é um aparelho de memória e de linguagem constituído da memória de traços. Todo traço é forma pela qual a impressão mantém seus efeitos e supõe a inscrição de uma impressão que é o momento primário da elaboração mnêmica, sendo anterior à inscrição e posterior ao estímulo, referente ao trauma. Então a memória é algo que deve ser concebido como um texto a ser decifrado, fruto de uma escrita que se faz na condição de reminiscências. Aliás, é de Freud, (1895/1976, p. 48) a afirmação de que “os histéricos padecem, principalmente, de reminiscências”, ou seja, de um texto escrito com os traços de uma impressão referente a uma experiência. Assim, nesse contexto, a memória é pensada como o arranjo de traços inscritos e uma construção produzida numa lacuna de representação, ponto em que a própria realidade parece escapar, como baliza, para a

lembrança. Essa construção, numa temporalidade posterior, sugere a existência de um limite no psiquismo que deve ser lido como uma lacuna referente ao resto de uma experiência que escapou à ordem da compreensão. Quer dizer, existem aspectos de uma experiência que são intraduzíveis em representações. Desse modo, as representações falham no que diz respeito ao trauma.

Considerando o ponto indizível referido à experiência traumática, encontramos, no pensamento freudiano, dois tipos de memória: a rememoração (memória simbólica), e a memória propriamente dita. A rememoração concerne à história como o agrupamento e sucessão de acontecimentos. Mas atentemos para o fato de que não é o que vem depois que é modificado, porém tudo o que está antes” (LACAN, 1985, p. 234). Sendo assim é o antes que é modificado no “a posteriori”. A memória seria a propriedade definível da substância viva se desenha às custas do que é narrado sendo, por isso, somente integrada parcialmente à história, pois permanece como uma incógnita em torno da qual as associações (lembranças) são construídas. Sem dúvida, a memória é feita do esquecimento (essa ordem intraduzível) e da lembrança que não se faz lembrar.

### **Os dois tipos de esquecimento**

A estrita vinculação do conceito de “a posteriori” com o conceito de memória, nos faz pensar que uma lembrança não concerne exclusivamente ao passado. Não obstante, há na memória algo da ordem de um não-saber, formulado em termos da lembrança e do esquecimento. A esse respeito vale situar dois conceitos relacionados à memória, antes de situar as duas modalidades de esquecimento: a) lembrança encobridora, recordação de acontecimentos infantis de conteúdos insignificantes, mas que permanecem, na memória, com nitidez surpreendente. Trata-se de uma lembrança-fachada que encobre outras, estas sim de conteúdo importante. Quer dizer, o fato recordado permanece, não pela sua importância, mas é importante porque permanece como resíduo arqueológico da história do sujeito, ou seja, é um índice do material recalçado e, b) amnésia infantil, ocorrência decorrente da travessia edípica, responsável pelo esquecimento de quase todos os acontecimentos dos primeiros anos de vida. Considerando esse tipo de ocorrência, Freud postula uma pré-história da sexualidade. Certamente, em uma ou em outra circunstância, estamos diante de situações que encobrem outras, ou de conteúdos que se apagam, ou seja, são duas possibilidades de esquecimento, mas mediante operações distintas. Em princípio, temos o esquecimento derivado da operação do recalque originário que é relativo ao trauma, ou seja, o ponto indizível de uma experiência em que as representações são fixadas. Trata-se assim de um não-saber referido à história, ou seja, um não-saber, de caráter ontológico, referido ao Ser, passível apenas de uma invenção interminável. Por outro lado, há o esquecimento relativo ao recalque propriamente dito que produz representações móveis passíveis de rememoração.

Eis o que é próprio do mito de Édipo, o que na condição de uma invenção trágica enunciada pelo Oráculo, encontra sua ratificação num tempo futuro. Mas devemos salientar que a profecia enunciada pelo Oráculo é um enigma, pois onde Édipo busca uma resposta sobre a origem, o Oráculo dá-lhe uma pista sobre o caminho onde o próprio Édipo encontrará a resposta que busca. Quer dizer, o Oráculo não engana, à medida que oferece ao homem a possibilidade de errar, como ocorreu a Édipo (VERNANT, 1990).

Na via que conduzia Édipo ao seu destino, tem-se a estranha vizinhança de lembrança e esquecimento. Na tragédia de Sófocles, o momento da revelação feita pelo pastor, acerca do passado de Édipo, na dimensão do “a posteriori”, faz, num átimo, ressurgir toda a história e também a fatal circunstância de um Ser que é, ao mesmo tempo, autor e vítima de seu destino. Como podemos depreender, havia em Édipo um saber, o qual não admitia sabê-lo, mas que diante do retorno do recalçado, na figura do pastor, não havia mais como evitá-lo, ou mesmo evitar as evidências que este saber aponta: Édipo torna-se cômico de ser “habitado” por um senhor estranho em sua própria casa. Ao tomar ciência do saber que acreditava não possuí-lo, Édipo decreta para si a pior das condições

destinadas aos mortais: decide em não ser sepultado. Optou por algo, o não sepultamento que era a condição que torna o homem o ser mais abjeto da terra, à medida que fica sem um lugar de referência simbólica. A relação entre a memória indicada pelo sepultamento com inscrição simbólica num ritual de cunho público e o esquecimento indicado pelo apagamento de qualquer traço, sem deixar qualquer vestígio que possa significar “a posteriori”, sela a trama de ocorrências que transita de Édipo a Antígona.

Édipo e Antígona seguem trilhas opostas: Édipo ao ter diante de si, um saber desvelado que acreditava não sabê-lo, decide pela sua própria não existência: apenas se mantém com vida, mas recusa que seja feito em relação a si próprio qualquer inscrição simbólica, devido ao horror que o descortinar desse saber lhe causou. Por outro lado, Antígona luta para que os restos mortais de seu irmão tenham um destino digno, próprio dos mortais que habitam as virtudes e gozam de prestígios, ou seja, empenha-se em uma árdua tarefa que lhe custou a vida para que os restos mortais de seu irmão sejam objeto de significação e não sucumbam pelo esquecimento. Assim, optou, chegando às últimas conseqüências, em colocar lado a lado, a lei do desejo e a lei do Estado, escolhendo o caminho traçado pelas vias sinuosas do desejo e, assim, realiza o ritual funerário, segundo as tradições que indicavam um destino digno aos mortais. Desse modo, cumpriu a obrigação dos vivos com relação aos mortos: propiciar um fim social aos guerreiros. Quer dizer, inscrever os restos mortais no âmbito da trama simbólica.

A saga de Antígona foi a de querer realizar o funeral de seu irmão Polinices, de acordo com a tradição dos nobres guerreiros da Grécia. Entenda-se por nobres apenas os guerreiros que não criticavam e nem se opunham ao sistema de leis vigentes (SÓFOCLES, 2004). É interessante assinalar uma particularidade da tradição da Grécia Antiga que consistia no destino dado aos guerreiros: os nobres eram sepultados com a anuência do Estado enquanto que os demais eram desfeitos em pedaços para que não fossem deixados quaisquer vestígios ou sinais de reconhecimento. No combate travado entre os homens havia um sentido: a bela morte consistia, não só em matar o inimigo, como também despojá-lo de tudo aquilo que pudesse significar um bravo guerreiro. Sendo assim, todo tipo de mutilação era praticada, pelo bravo guerreiro, culminando com a condição de não se fazer o sepultamento do cadáver daquele que era morto em condições de aviltamento ou de desmerecimento. Esses rituais são iniciativas que consistiam em barrar a inscrição do guerreiro, na memória social, que era construída de duas maneiras: a) o canto épico e, b) o memorial. Essas formas constituíam no fim do ritual, na edificação de um túmulo, para assim assegurar a glória ao guerreiro de jamais perecer.

Ao contrário da tradição épica, Édipo fez a escolha de não se inscrever na memória social, quando decidiu pelo esquecimento de si próprio, ou seja, não queria nenhuma pista sobre o local onde encontraria seu fim. Desse modo, podemos assinalar que a tragédia de Édipo se fez em dois momentos. O primeiro é aquele em que Édipo se reconheceu como autor e vítima de seu destino, ou seja, quando leu as tortuosas linhas de seu destino com bastante lucidez, sem poder mudar-lhe a sorte. O segundo concerne à escolha pelo esquecimento de si, quer dizer, a tentativa de não deixar qualquer indício de sua existência sobre a terra. Esse segundo momento da tragédia edípica indica um outro passo: trata-se da declaração que foi transmitida por Édipo às suas filhas “de hoje em diante vosso pai não existe; de fato, agora se acaba tudo o que fui e cessa o vosso encargo de cuidar de mim” (SÓFOCLES, 2004, p. 75). É no exato momento em que Édipo está prestes a desaparecer que se tem essa abertura ao esquecimento e, nesse momento, desfaz-se toda e qualquer justaposição de Édipo com sua história: sua posição não é mais a ser de descobridor e objeto de descoberta. Nesse segundo tempo, Édipo mantém um tipo de suspensão em relação aos elementos de sua história, para distanciar-se dos papéis que exerceu em vida: assassino e transgressor. Na trilha traçada por Édipo, pela escolha do esquecimento, não há mais qualquer identificação com os papéis exercidos em vida, pois se encontrava movido por algo fora das situações de sua vida. Assim Édipo separa a história de sua vida, do seu próprio viver, ou seja, estabelece a distância necessária entre lembrança e o esquecimento, ponto do qual a memória não responde por um passado, mas que toma a forma de um convite a criar aquilo que ainda está por vir: o fato de Édipo decidir não ser sepultado indica a

inexistência de um lugar onde pudesse ser encontrado e isso se converte em objeto de questionamento para aqueles que vivem e querem saber qual teria sido seu encontro com as linhas inevitáveis do Destino. Em outras palavras, trata-se de uma lacuna que não tem qualquer suporte na história. Afinal o que aconteceu com os restos mortais de Édipo? Disso a tragédia de Sófocles não deixa nenhuma pista.

## Referências

ARISTÓTELES. **La métaphysique**. Paris: Vrin, 1986.

FREUD, S. **Interpretação das afasias (1891)**. Lisboa: Edições 70, 1977.

\_\_\_\_\_. **Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: uma conferência (1893)**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. III.

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre a histeria (1895)**. Rio de Janeiro: Imago, 1976a, v. II.

\_\_\_\_\_. **Projeto para uma psicologia científica (1895)**. Rio de Janeiro: Imago, 1976b, v. II.

\_\_\_\_\_. Carta de 6 de dezembro de 1896. In: MASSON, J. M. (ed.). **A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887-1904**. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

\_\_\_\_\_. Carta de 21 de setembro de 1897. In: MASSON, J. M. (ed.). **A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887-1904**. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

\_\_\_\_\_. **A interpretação de sonhos (1900)**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. IV.

GARCIA-ROZA, L. A. **Introdução à metapsicologia freudiana**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2001, v. 1.

LACAN, J. **O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1985, O Seminário, livro II.

PLATÃO, (427-347 a.C.). **A república**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1975.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SÓFOCLES. **Édipo rei. Antígona**. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2004.

VERNANT, J-P. **Mito e pensamento entre os gregos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.